



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | N°. 11 | Ano 2023

Tomé Pedro Morais
Maria Teresa Salite

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

VIOLÊNCIA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE: O CASO DAS PRISÕES NO NIASSA (1962-1975)

**PORTUGUESE COLONIALISM VIOLENCE IN MOZAMBIQUE:
THE CASE OF JAILS IN NIASSA (1962-1975)**

RESUMO: Portugal manteve-se sempre relutante em admitir o direito à autodeterminação dos povos nas suas colônias. Em Moçambique, a população decidiu seguir pelo caminho mais radical possível, a luta armada. Moçambicanos emigrantes e residentes em territórios vizinhos (Tanzânia, Zâmbia e Malawi) tomaram consciência desta necessidade e decidiram enfrentar o imperialismo colonial. No então distrito do Niassa, no norte de Moçambique, na circunscrição de Maniamba, professores, catequistas, alunos, funcionários das missões e outros, ao tomaram conhecimento da existência da FRELIMO e dos seus objetivos, agenciaram a informação revolucionária, e apoiaram o movimento. Por estas ações, foram alvos da rede de informação contra - subversiva através da PSP e da PIDE que identificaram e prenderam todos os suspeitos. O presente artigo pretende compreender as reais condições de detenção política experimentadas pelos moçambicanos, recorrendo para o feito a fontes documentais do governo colonial e literatura diversa.

PALAVRAS-CHAVE: FRELIMO; Luta de Libertação; Prisões; Niassa; PIDE.

ABSTRACT: Portugal has always been reluctant to recognise the right to self-determination of the people in its colonies. In Mozambique, the population decided to take the most radical route possible - armed struggle. Mozambican emigrants and residents in neighbouring territories (Tanzania, Zambia and Malawi) became aware of this need and decided to confront colonial imperialism. In the then district of Niassa, in the north of Mozambique, in the Maniamba district, teachers, catechists, students, mission workers and others, when they learnt of the existence of FRELIMO and its objectives, organised revolutionary information and supported the movement. For these actions, they were targeted by the counter-subversive information network through the PSP and PIDE, which identified and arrested all the suspects. This article aims to understand the real conditions of political imprisonment experienced by Mozambicans, using documentary sources from the colonial government and a variety of literature.

KEY WORDS: FRELIMO; Liberation for Struggle; Prisons; Niassa; PIDE.

VIOLÊNCIA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE: O CASO DAS PRISÕES NO NIASSA (1962-1975)

Tomé Pedro Morais ¹Maria Teresa Salite ²

Introdução

No conjunto dos eventos recentes da história da humanidade a colonização figura-se como o de maior relevância para os povos subjugados. Em Moçambique, concretamente na região norte, junto à fronteira com a Tanzânia e a oeste com o Malawi, fica a província do Niassa. A população desta região, a semelhança de outras, sempre quis libertar-se da dominação estrangeira do qual era alvo, mas não encontrava mecanismos de combater o inimigo tão poderoso.

A nordeste do então Distrito de Niassa, concretamente na circunscrição de Maniamba em Messumba, Metangula e Cóbue, majoritariamente habitada por povos Nianjas e Agónis, começam a aparecer informações sobre a existência de organizações nacionalistas concretamente a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), através de moçambicanos emigrantes na Tanganika (Laster Chitunga), professores (Bernabe Carlos Nkalamba), enfermeiros e outros que se deslocavam para aquele país vizinho em visita aos familiares. Posteriormente começam a aparecer cartões deste movimento e criam-se núcleos clandestinos. Vale realçar que desde sempre os Nianjas emigraram para territórios vizinhos demonstrado uma ânsia em viajar, vivendo sempre junto à uma importante via de comunicação que lhe possibilitasse a vida de intensos contatos com o exterior, reunindo assim condições ótimas para estar informado, como também sujeito às influências externas ou estranhas, que o tornava receptível a quaisquer ideologias. Tal fato, foi, aliás, perfeitamente comprovado quando do início da Luta de Libertação Nacional no Distrito do Lago, dado que as atividades da FRELIMO se iniciaram precisamente nesta região.

Nesta região, segundo NDEGUE (2009, p. 30), o ódio contra o colonialismo foi crescendo dia após dia, estendendo-se por toda a costa oriental do Lago Niassa na qual os dirigentes dos núcleos clandestinos iam atuando com firmeza e coragem, mobilizando jovens para se juntarem a FRELIMO. Por igual meio, preparar a recepção destes para quando fossem iniciadas a luta contra o colonialismo, apoiando no transporte de material de guerra.

¹ Docente de História na Universidade Púnguè (Chimoio) Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Humanidades - Doutorando em História de África Contemporânea pela Universidade Pedagógica de Maputo. tpedromor7@yahoo.com.br

Face as informações sobre a existência de movimentos nacionalistas em Tanganyka, principalmente da FRELIMO, e que envolvia moçambicanos, a venda de cartões deste movimento na região de Messumba e a existência de núcleos clandestinos da organização citada até na Vila Cabral, a administração colonial portuguesa imprimiu ações com vista a neutralizar estas práticas através de agentes da PIDE espalhados por diferentes aldeias, o que culminou com a prisão de muitos moçambicanos naquela região. Sobre esta ação, Vene e Raidone (2016, p. 52) expõem que o governo colonial português, “na tentativa de combater de forma enérgica os nacionalistas e eliminar as suas bases de apoio incrementou a sua máquina de guerra na região e endureceu os seus métodos de vigilância e repressão”. Concretamente, criou brigadas móveis, recrutou informantes em todos os locais e estabeleceu um sistema de informação mais eficiente e sofisticado. Desta forma, a PIDE passou a controlar as pessoas e as informações na colônia de Moçambique, particularmente em Messumba, tendo a sua sede na Vila Cabral de onde eram planificadas todas as ações, no local onde atualmente funciona a Delegação da Televisão de Moçambique e da Delegação Provincial da Assembleia da República.

Sobre esta temática existem alguma fortuna crítica e menções em obras,³ mas em quantidade reduzida, na sua maioria escritos depois da independência de Moçambique. Dentre elas destaca-se Paul (1977), que reserva um capítulo na sua obra “*Moçambique memória da revolução*” para retratar as primeiras prisões ocorridas com funcionários da Missão de Messumba, na então Vila Cabral. Tratou-se de João Massanche, e mais tarde de António Chizoma, tendo o autor citado descrito as circunstâncias da detenção, e assim apontando as prováveis causas, caracterizando as condições de reclusão a que o seu empregado foi submetido, através de informações que conseguiu obter no local. Explica ainda este autor, que tinha conhecimento da existência de outros grupos que se reuniam para a escuta das transmissões de rádio vindas da Tanzânia, e que eram feitas em Chinyanja e as provenientes da Niassalândia. Trata-se de um capítulo em que através das suas memórias, o padre descreve com minúcia episódios de atuação do sistema repressivo colonial em Messumba e na Vila Cabral.

NDEGUE (2009; 2012) através de memórias, referencia a ação das autoridades coloniais portuguesas, que objetivavam esmagar a vontade dos nacionalistas moçambicanos de lutar pela independência do país, e de forma esporádica retrata algumas prisões que foram ocorrendo com muitos membros da FRELIMO na clandestinidade, antes do início da luta de libertação no Niassa, em 1963. Explica o autor, os contornos da detenção e apresenta os locais para onde estes foram levados, com base em depoimentos de combatentes que estiveram envolvidos no processo

² Docente e coordenadora do Curso de Licenciatura em Ensino de História do Instituto de Educação a distância na Universidade Católica de Moçambique. Mestre Em Pedagogia do e-Learning -Licenciada em Ensino de História e em Direito. tsalite@gmail.com

³ Ver, Paul (1977), Ver Ndegue (2009), Ndegue (2012) e Vene (2016)

de implantação da frente de combate. No segundo Volume, Ndegue (2012), prossegue discutindo acerca da continuidade dos fatos retratados no primeiro, entretanto, reserva um capítulo em que discute com base em depoimentos, a prisão, tortura e a morte de combatentes no âmbito das ações das PIDE/DGS, durante o avanço da guerra no Niassa em 1967. Com detalhes dos seus entrevistados, explica as condições de reclusão na prisão da Machava.

Vene e Raidone (2016) contextualizam a prisão dos professores na Missão de Messumba, no âmbito da emergência de ideais e ações nacionalistas na região. A semelhança de Paul (1977), eles descrevem as campanhas intimidatórias levadas a cabo pelas autoridades coloniais na região do Lago Niassa, e que culminaram com a detenção de quase todos os professores da escola e da Missão de Messumba. Falam das repreensões e sevícias a que todos foram submetidos, e vão mais longe ao explicarem os procedimentos de recrutamentos de agentes informadores nas comunidades, com vistas a facilitar as atividades do regime colonial e a ação da igreja Anglicana de Messumba no contexto da luta de libertação. Trata-se de uma descrição científica feita na base de análises de outras publicações, entrevistas citadas e diretas.

Na generalidade, as referências sobre as prisões na região do Niassa resultam de depoimentos de combatentes da luta de libertação de Moçambique, residentes da então Vila Cabra e Metangula, carecendo até então de análises e comparações com vista a obter retratos concretos.

A ação da PIDE e as primeiras prisões no Niassa

A autoridade colonial portuguesa, através do seu consulado geral em Salisbury, tomou conhecimento através dos seus órgãos de espionagem sobre a movimentação de elementos da MANU e da UDENAMO, tendentes a levar a cabo ações de revolta no território moçambicano, considerando o apoio que Nyerere dava aos países como Moçambique e Angola, no sentido de alcançarem a independência a partir de 1961 a 1962.⁴ A maior ameaça em torno de uma possível revolta no território moçambicano para as autoridades de Salisbury, residia no fato de em Dar-es-Salaam estarem presentes missões diplomáticas e consulares comunistas e americanas. Também constituía ameaça o regresso de africanos de Moçambique treinados em Gana. Por outro lado, o trabalho subversivo dos agentes indianos e mercenários goeses, gerava a hipótese de desembarque de armas indianas e de outras origens em Dar-es-Salaam.⁵

A propaganda e organização levada a cabo no sul de Tanganica, por pastores protestantes, principalmente os anglicanos como Michael Scott e Hudleston, engrossavam a lista de ameaças a

⁴ PT/AHD/UM/GM/GNP/GNP/RNP/0032.

⁵ PT/AHD/UM/GM/GNP/GNP/RNP/0032.

uma possível revolta dos africanos em Moçambique. Estes fatores obrigaram a autoridade colonial a imprimir uma maior atenção na região junto à fronteira com o Niassa.⁶ A partir do ofício n.º 391, de 27 de março de 1962, do Consulado Geral de Portugal em Salisbury, compreende-se a preocupação deste órgão consular sobre uma possível eclosão de revolta, principalmente ao reportar sobre o apoio que as organizações nacionalistas africanas de Moçambique iam recebendo do Governo de Tanganyika. A isto inclua-se a declaração aberta de Julius Nyerere em conceder apoios aos nacionalistas africanos de Moçambique que se encontravam em Tanganyika.⁷

Olhando para a gama de ofícios que eram enviados para a Portugal, e outros que circulavam em todo o território colonial, é notório que a informação constituiu uma chave fundamental para o contexto da contra insurreição. Tudo porque as autoridades coloniais compreenderam de início, que o fluxo centralizado de informação era um elemento fundamental para as suas ações, visando garantir uma resposta para uma possível revolta armada, e que esta informação só podia vir da população. Consequentemente, planejaram e montaram a sua máquina de recolha de informação para trabalhar neste meio especial. Esta estratégia foi usada pela tropa portuguesa no decurso da guerra, na medida em que os guerrilheiros da FRELIMO eram capturados e interrogados, sendo forçados a dar informações sobre as ações, apoios, estrutura e meios do movimento.

Outro elemento que confirma o uso crucial de informação pelas autoridades coloniais, neste contexto, evidencia-se através de um ofício enviado (através de um telegrama 505/GOV, de 26 de setembro de 1960) ao Governo do Distrito do Niassa,⁸ em que o Governo-geral da Província de Moçambique, após tomar conhecimento de que na região de Kota-Kota (Niassalândia) houve uma reunião clandestina, realizada por Dr Kamusu Banda, no dia 01 de outubro de 1960. Nesta reunião estiveram presentes alguns moçambicanos, de forma clandestina. Diante desta informação, emitiu uma nota em que orienta para prender todos os “indígenas” acusados de terem assistido o comício do Dr. Banda. Tendo também orientado a se instruir o processo a fim de apurar a veracidade dos fatos.⁹ Jovens, que segundo Ndegue (2009, p. 17) tinham parentes a residir na Tanzânia, concretamente os Nyanjas residentes ao longo da margem do Lago Niassa, nas regiões de Messumba, Cóbue, Lunho, Ngoo e Wikihi (Lipoche), rapidamente foram tomando conhecimento por diferentes vias da existência da FRELIMO e paulatinamente souberam dos seus objetivos e tomaram consciências nacionalistas. Dentre estes modos em que se tomou conhecimento da FRELIMO incluem-se visitas aos parentes, emissoras

⁶ PT/TT/SCCIM/A/9/284/2.

⁷ (PT/TT/SCCIM/A/9/63 e PT/AHD/UM/GM/GNP/GNP/RNP/0032).

⁸ (PT/TT/SCCIM/A/19/8).

⁹ (Em anexo 1, - PT-TT-SCCIM-A-20-215_m0030_derivada).

radiofônicas tanzanianas, deslocação em férias e indivíduos que foram chegando à região de Cóbue, com cartões da FRELIMO.

De imediato, elementos da FRELIMO, nomeadamente professores, como foi o caso de Amós Sumane, catequistas e outros que estiveram na Tanzânia, começam a realizar reuniões clandestinas com alguns elementos da comunidade, sobretudo jovens estudantes das missões, concretamente em Messumba. Nestes encontros, segundo informações obtidas por Paul (1977, p. 34), eram abordados assuntos ligados aos mecanismos de adesão ao movimento, encorajamentos para apoiar de todas as formas a luta de libertação do seu país dos colonialistas portugueses, e que também incluía escutas as emissoras radiofônicas da Tanzânia. Face a estes movimentos, segundo Ndegue (2009, p. 18), as autoridades coloniais enviaram, principalmente “para Cóbue muitos agentes de espionagem. Mas, mesmo assim os militantes da FRELIMO continuavam a trabalhar clandestinamente”.

A PIDE¹⁰ (A Polícia Internacional e de Defesa do Estado) imprimiu ações de vigilância, detenções e repressão contra todos os indivíduos suspeitos de se envolverem em ações, manifestamente expressas contra o regime colonial. Neste contexto, no então Distrito do Niassa, iniciaram as detenções, repressões e torturas levadas a cabo por elementos da PIDE. Foi assim que na Vila Cabral é detido João Massanche, que segundo Paul (1977, p.103), “este encontrava-se a beber num bar e tinha sido ouvido a dizer que os portugueses deviam imitar os outros países europeus e sair de África”, depois de os companheiros o abandonarem, este foi apanhado pela polícia, fechado num armário sem espaço para se sentar durante alguns dias.

Em Messumba, de acordo com Paul (1977, p.104), no mês de agosto de 1963 alguns professores da Missão de Messumba, com destaque para Amós Sumane, bem como alguns servidores do hospital da Missão, e ainda alguns estudantes da região não regressaram das férias que teriam ido gozar na Tanzânia, presumindo-se desta forma que tenham se juntado a FRELIMO. Essa presunção afetou a atitude oficial do governo local em relação a Messumba, de tal forma que o então administrador da Vila Cabral, Costa Matos, chegou a apelar aos padres de Messumba a manter uma vigilância estreita sobre os seus empregados de forma a evitar mais deserções para a FRELIMO. Nesta contenda, o Padre Paul foi suspeito pelo não regresso dos professores, pessoal do hospital e alguns estudantes da Missão que teriam ido a Tanzânia em gozo de férias.

¹⁰ A Polícia Internacional e de Defesa do Estado, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 35 046 de 22 de Outubro de 1945, em substituição da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Chegou a ser considerada como um organismo autónomo da Polícia Judiciária. No âmbito das funções de repressão e de prevenção criminal, tinha competências de realizar instrução preparatória dos processos relacionados aos diferentes crimes, tanto como prendia e interrogava coercivamente os suspeitos (TREMOCERO, 2016).

Outro indivíduo, preso no dia 24 de dezembro de 1963, foi António Chizoma. Este teria ido de férias à Tanzânia na companhia de Amós e outros. No seu regresso, levou alguns cartões da FRELIMO que estivera a vender a 17\$50 cada, em Messumba. Um informador da administração, depois de várias tentativas fracassadas, conseguiu comprar um desses cartões. No dia anterior, também tinham sido presas outras pessoas, incluindo o catequista de Metangula, Salathiel Chizuzu, além de mais duas pessoas de Chigoma. Estes foram levados para Maniamba, de onde posteriormente foram encaminhados para Vila Cabral, local em que foram interrogados pela PIDE. Do interrogatório feito, envolvendo torturas severas, Chizoma confessou tudo, tendo mencionado os nomes de todos que consigo compraram cartões da FRELIMO, e de lá foi conduzido à Lourenço Marques. Salathiel foi solto alguns dias depois e seguiu rumo ao Malawi (PAUL, 1975, p. 106).

Outros indivíduos que também foram presos em Messumba, nomeadamente Reggie e Mário, funcionários da Missão (operários) e que viajaram no barco para Metangula, a partir de Wikih, participaram de uma visita pastoral com o padre Paul, e durante este episódio houve o aparecimento de panfletos da FRELIMO na estrada entre Messumba a Metangula. Por este incidente, foram os dois operários acusados por terem estado na embarcação, em seguida, foram presos em Vila Cabral quando para lá se deslocaram na companhia do Padre Paul. Aí, foram levados à cadeia, na qual foram torturados até desmaiar. Neles foi jogado água fria para voltarem a si, uma ação que foi continuada durante uma semana, e depois foram soltos sem nenhuma confissão de culpa (PAUL 1977, p.105).

Segundo Paul (1977), Alexandre Nkalamba foi outro professor da Missão que também sofreu prisão, acusado de ter transportado panfletos da FRELIMO e espalhado em Messumba. Disseram que foi ele quem trouxe os panfletos no barco de Paul, e que tinha espalhado entre Messumba e Metangula, tendo também conseguido que o resto dos panfletos fosse levado por qualquer outra pessoa de bicicleta para Vila Cabral. Alexandre foi preso e levado para Lourenço Marques, e só foi liberto em fevereiro de 1971, e de acordo com o seu testemunho apresentado por escrito à Comissão das Nações Unidas de Direitos Humanos, em 11 de agosto de 1972, em Dar-es-Salaam, nunca teria sido levado ao julgamento.

Os soldados portugueses, no início do conflito, sempre que se sentissem traídos por conta de uma informação não exata ou ainda inadequada, torturava a pessoa ou família, e chegavam mesmo a cometer assassinatos ou mutilações deliberadas, tal como aconteceu em Ngoo no ano de 1965, quando alguns meses depois do incidente da Base Naval de Metangula e Messumba, alguns soldados portugueses pernoitaram na igreja e no dia seguinte partiram, e depois de percorrerem aproximadamente 10km e caíram na emboscada da FRELIMO (PAUL 1977, p. 124). Na noite seguinte, de regresso a Ngoo, extremamente zangados, foram à casa de Afonso

Messossa, este ao se aperceber da presença da tropa, fugiu pela porta traseira da casa. Os soldados foram à casa do Carlos Catatula, e quando este respondeu a porta, mataram-no a vinte e seis tiros. Em seguida foram apanhando outros empregados da Missão de Messumba, e levaram para casa do padre Chizuzu, tendo espancado e insultado a todos, e na ocasião perante os seus olhos, cortaram a cabeça de Catatula e num ato macabro, foram jogando a cabeça deste como se fosse uma bola de futebol. Depois deles se retirarem, toda a população da aldeia fugiu para as montanhas, exceto o padre Chizuzu e Jacinto Mizaia.

Este ato obrigou o Padre Paul a se descolar da Vila Cabral para contactar o administrador Costa Matos, a fim de se inteirar do sucedido e mostrar ao mesmo que se tratou de um ato macabro contra um indivíduo que não esteve envolvido na emboscada que as tropas portuguesas sofreram, e nem sequer tinha tentado fugir. No seu regresso, Paul forçou a saída dos Padres Chizuzu, Afonso Messossa e Jacinto Mizaia, levando os mesmos a migrarem para o Malawi, tanto como a ida de Bernardo Goi Goi para se juntar a FRELIMO. Os homens que assassinaram Katatula supostamente eram os fuzileiros que andavam constantemente pelas aldeias procurando furiosamente por elementos da FRELIMO, que raramente apanharam. Neste ato, aterrorizavam os aldeões, que em princípio de 1965 foram migrando para a Ilha de Likoma no Malawi, Tanzânia ou para as colinas onde procuravam a proteção da FRELIMO.

As aldeias que a população abandonava, segundo Paul (1977, p. 128), eram sempre queimadas pela tropa portuguesa de forma que os guerrilheiros da FRELIMO não se aproveitassem de nada, à semelhança do que aconteceu em Manda-Mbuzi. Nesta, segundo relatos do Padre Odala ao padre Paul, a tropa portuguesa queimou catorze casas. Na mesma ocasião, visitaram a casa do Padre Odala, perguntaram-lhe se sabia da movimentação de unidades da FRELIMO, ao que respondeu negativamente, mesmo sabendo que estes se escondiam nas colinas. Entraram na igreja, tendo levado castiçais, cruzeiros e pratos da igreja, galinhas e pertences do Padre Odala, que diante do sucedido fugiu com o seu povo para as colinas, e dois meses depois foi para a Ilha de Likima no Malawi.

O mesmo ato aconteceu quando, segundo informações obtidas por Paul (1977, p. 129-30), as tropas portuguesas foram a Ponta Mala e quando lá chegaram começaram a lançar fogo nas casas. Os que puderam fugiram para as colinas, salvando as suas vidas, tendo cerca de uma meia dúzia de pessoas presas, incluindo o catequista aposentado, Geldart Chisaca. Todos foram obrigados a caminhar para Cóbue, mas no meio do caminho foi-lhes ordenado que entrassem no Lago Niassa e batessem as palmas, depois foram metralhados. Este ato macabro foi contado ao Padre Paul por um sipaio de Cóbue, que esteve na companhia das tropas portuguesas como geralmente se procedia. O chefe do posto, de nome Morais, em finais de 1965 ao chegar a Cóbue encontrou, de acordo com relatos de Paul (1997), alguém que pensou que fosse agente da

FRELIMO e mandando juntar toda aldeia, incluindo um dos padres anglicanos aposentados, no caso, o Padre Polela, e mandou matar o homem a tiro. Na mesma noite a população da aldeia, o Padre Polela e a maior parte dos sipaios do Morais fugiram para a Ilha de Likoma, tanto que o padre Pikito (português) foi para Metangula, e desde essa altura a região não teve nenhum padre residente.

A luta armada e as detenções

A luta armada no Niassa, segundo narrativas oficiais de Paul (1977), Ndegue (2009), Marques (2009) e Tembe (2014), foi desencadeada em 25 de setembro de 1964, na região do Lago Niassa, a partir do ataque feito a casa do Chefe do Posto de Cóbue e a Base Naval da Marinha. Paulatinamente, as ações foram se desencadeando em direção ao sul, nas regiões de Catur, seguindo a margem do Lago Niassa e indo ao interior até Mavago. Com o soar das armas na região do Lago, os portugueses entregaram-se a matanças indiscriminadas. A FRELIMO apenas matava aqueles de que tinha razão para suspeitar, e tanto quanto soube, fê-lo sem torturas nem qualquer outra brutalidade (PAUL,1977).

Qualquer indivíduo que mostrasse simpatia de qualquer gesto ou mostrasse satisfação face as investidas dos guerrilheiros da FRELIMO, contra empreendimentos ou aquartelamentos portugueses, era alvo das ações da PIDE. E estas podiam envolver prisões e até mesmo torturas, a título de exemplo; **Ernesto Alfredo Rachide** (guarda auxiliar da P.S.P), **Marques Aide** (cozinheiro), **Manuel Horta Massanho** (empregado de telecomunicações) e **João Tender** (interprete da Administração) – Na Vila Cabral. Estes funcionários assalariados, manifestaram atitudes favoráveis ao ataque dos guerrilheiros à cantina de Chiulica – Maniamba. A P.S.P, em coordenação com os agentes da PIDE, detiveram os mesmos logo em seguida.¹¹

Ainda segundo Paul (1977, p. 129), nos anos subseqüentes a 1965, os professores da Missão de Messumba eram sempre chamados a Metangula pelas autoridades e não regressavam, ou se voltavam, eram convocados segunda vez e detidos por um grupo de agentes da PIDE de Nampula, que se encontrava a trabalhar na região. Assim que qualquer indivíduo ou parente tentasse visitar o preso, era informado que o mesmo estava sendo mantido *incomunicável*, significava que o mesmo estava degradado fisicamente por conta das torturas que sofria, como forma de persuadir a confessar o seu envolvimento com a subversão levada a cabo pela FRELIMO.

No Niassa, as prisões prosseguiram e foram frequentes. Constituiu uma das principais armas do exército colonial português para conseguir progredir nas suas ações. Ao longo da

escrita das suas memórias, Paul (1977) descreveu o que ele chamou de “*O sábado Negro*” que se deu no dia 24 de julho de 1965, quando por volta da madrugada se ouviram tiros esporádicos que ele julgou se tratar da tropa portuguesa brincando com espingardas. Pela manhã deparou-se com um homem sendo levado ao hospital com tiro na cabeça, abatido quando fazia necessidades biológicas numa mata a céu aberto. Por volta do meio-dia, foi recebendo notícias de detenções de homens que se deslocavam à Missão de Messumba naquela manhã, levadas a cabo pela tropa portuguesa de tal forma, que na horta situada na traseira da sua casa onde alguns homens deviam estar a trabalhar, encontrava-se deserta com os instrumentos pousados no chão. Tratou-se de uma operação comandada pelo inspetor Campus, funcionário da PIDE em Nampula, acompanhado do Rosa também agente da PIDE (PAUL, 1977, p. 114).

Na mesma tarde, os agentes pediram ao padre Paul para os acompanhar, porque queriam ver as casas dos professores, e enquanto isso dois aviões militares sobrevoaram a região. Nestas buscas, levaram os dois professores superiores que sobravam da missão, sob alegação de que estavam indo a Metangula para responder a certas questões, e de lá um deles só regressou para a Missão três anos e meio depois, e outro, cerca de sete anos mais tarde. Eram professores com aproximadamente de 50 anos de idade. Naquele dia, a região de Messumba ficou toda cercada de soldados, a PIDE “tinha prendido algo como 350 pessoas”, incluindo algumas da Missão católica romana da Nova Coimbra, no qual o superior era o padre Inácio Mondine. Todos os presos foram levados a Metangula, em que cerca de 50 foram soltos por não serem naturais. Em algumas aldeias os soldados tinham levado toda a gente. Os cerca de 300 prisioneiros em Metangula eram mantidos ao ar livre, rodeados de arame farpado construído às pressas e guardado por soldados armados, expostos ao frio de junho que ocorre na região do Lago, e não tinham direito a visitas (PAUL, 1977, p. 135).

Dias depois os prisioneiros foram levados à Vila Cabral para mais interrogatórios e mantidos sem visita. Estas prisões eram executadas através de equipas de caça na recolha de informações encabeçada pela PIDE, que segundo Bernardo (2003, p.23), foi montada em Moçambique em 1960, cuja Delegação situava-se em Lourenço Marques, dirigida por António Vaz. Este mesmo senhor montou várias subdelegações na Beira, Vila Cabral, Porto Amelia, Nampula e Tete. A região norte de Moçambique era dirigida por Orlando Cristina, que tinha sob a sua alçada um conjunto de oficiais milicianos fazendo pesquisas de informações em Cabo Delegado e Niassa. Os milicianos eram liderados por Manuel Gomes dos Santos.

Considerações finais.

¹¹ (PT/TT/SCCIM/C/1/13/6, f 16).

A PIDE foi uma instituição que constituiu o braço direito e garante da administração colonial, reforçando os seus poderes entre os quais se contaram o recurso à prisão preventiva e à “medida de segurança”. Esta medida podia ser aplicada antes do julgamento ou depois do cumprimento da sentença de prisão imposto por um agente da PIDE. Servia para pôr fora de atividade e neutralizar os suspeitos de ação política revolucionária, e foi-se tornando gradualmente uma das principais armas da polícia política.

Analisando os fatos descritos pelas diferentes fontes mencionadas, é notória a ação violenta da autoridade colonial portuguesa por meio PIDE, face à ação política revolucionária no Niassa, principalmente a partir de 1963 nas regiões de Cóbue, e na Missão Anglicana de Messumba, dado o elevado número de indivíduos destas regiões que foram presos, torturados e até mortos. Tratou-se de uma ação de violência visando aterrorizar e acabar com as ações revolucionárias que já eram evidentes.

Constata-se também que as autoridades coloniais portuguesas, assim que suspeitassem da presença de indivíduos nativos com suspeitas de ligações ao movimento de libertação de Moçambique, encabeçado pela FRELIMO, intensificavam a vigilância na referida região através de seus informantes (moçambicanos) nas comunidades, e toda sua máquina de pesquisa de informação nas regiões supostamente afetadas para prende-las, torturar e eventualmente obter informação sobre o envolvimento de mais pessoas na ação revolucionária encabeçada pela FRELIMO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AKOMFRAH, John. **The Last Angel of History**. London: Black Audio Film Collective, C4/ZDF, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Cinema II – A imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Tradução de Peter Pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997. 176 p.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. tradução: Luiz Orlandi; Roberto Machado. Rio de Janeiro: ed. Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: para uma literatura menor**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia: v. 1**. São Paulo: Ed. 34, 1995

MBEMBE, Achille. **O fardo da raça**. N-1, 2018. Série Pandemia.

Recebido em: 25/02/2023
Aprovado em: 30/05/2023